

152/153 – São Paulo, Diário Oficial Poder Executivo - Seção I quarta-feira, 2 de setembro de 2020

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EDITAL FEUSP nº 39/2020 – DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ECONOMIA DA EDUCAÇÃO (EDA) DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

O Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 27/08/2020, estarão abertas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com início às 09:00 horas (horário de Brasília) do dia 03/09/2020 e término às 18:00 horas (horário de Brasília) do dia 02/10/2020, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para concessão do título de Livre Docente junto ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA) da FEUSP, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e os respectivos programas que seguem: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ECONOMIA DA EDUCAÇÃO – EDA - Obrigatória - Licenciatura: EDA0463 - Política e Organização da Educação Básica no Brasil - Programa: a) Função social da educação e natureza da instituição escolar: inserção do sistema escolar na produção e reprodução social b) Direito à Educação, cidadania, diversidade e direito à diferença c) Organização e Legislação da educação básica no Brasil: aspectos históricos, políticos e sociais d) Planejamento e situação atual da educação e) Financiamento da educação f) Gestão dos sistemas de ensino g) Unidade escolar: gestão e projeto pedagógico. Atividades de Prática como Componente Curricular: a) Leituras orientadas da bibliografia do curso e complementar; b) Realização de fichamentos, resenhas, resumos, textos, pesquisas etc.; c) Atividades programadas de trabalhos específicos das disciplinas (levantamentos bibliográficos, fotos, filmes etc.); d) Entrevistas com profissionais da área; e) Visitas a espaços escolares e não escolares; f) Pesquisas em campo; g) Elaboração de seminários, pôsteres, folders relativos aos temas da disciplina; h) Análise e/ou produção de vídeos (com caráter educativo); Atividades de Estágio: a) Observação de atividades realizadas por gestores, docentes e funcionários em escolas públicas (preferencialmente) e privadas e outros espaços educacionais; b) Realização de entrevistas com trabalhadores da educação a respeito das temáticas da disciplina; c) Leituras de documentos escolares (Projeto Político Pedagógico, Fichas de Alunos, Diários de Classe, Documentos orientadores das políticas educacionais entre outros); d) Observação de reuniões pedagógicas em escolas públicas (preferencialmente) e privadas; e) Observação de atividades realizadas por alunos em escolas públicas (preferencialmente) e privadas; f) Observação de reuniões de instâncias escolares (Conselho de Escola, Conselho de Classe ou de Turma, Grêmios Escolares); g) Observação de ações de participação da comunidade local (projetos, reuniões, agremiações) em escolas públicas (preferencialmente) e privadas; h) Observação de atendimentos e modalidades (EE, EJA, Projetos etc.) e de espaços físicos (biblioteca, quadras, pátios, laboratórios etc.) das escolas públicas, preferencialmente, e privadas; i) Levantamento de dados escolares (salas, turmas, docentes, funcionários, estudantes); j) Observação de atividades de coordenação de docentes (HTPC); k) Observação de atividades de avaliação das atividades realizadas em escolas públicas (preferencialmente) e privadas; Obrigatórias ± Pedagogia: EDA0101 -

Fundamentos Econômicos das Educação - Programa: 1. Estado, Economia e Política Pública de Educação. 2. Perspectiva econômica da educação. 3. Economia da Educação: abordagem histórica. 4. Teorias do Desenvolvimento e Educação. 5. Teoria do Capital Humano: conceitos básicos. EDA1219 - Coordenação do Trabalho na Escola I - Programa: 1. Escola e Justiça Social: 1.1. Igualdade de acesso, tratamento e resultados; 1.2. As escolas eficazes; 1.3. Avaliação em larga escala e Projeto Político Pedagógico. 2. O cumprimento da função social da escola e as condições objetivas de trabalho: 2.1. A organização do trabalho na escola diante dos fins da educação escolar; 2.2. O administrador, as normas e sua aplicação; 2.3. A administração financeira da unidade escolar; 2.4. O Espaço Escolar e seu caráter pedagógico. 3. A autonomia da escola e a participação na gestão escolar: 3.1. O direito à participação nas decisões da escola: pessoal escolar, alunos, pais e comunidade; 3.2. Tipos e níveis de participação na escola; 3.3. Mecanismos de participação coletiva na gestão escolar (CE, APM, CC e GE). 4. A escola enquanto local de trabalho: 4.1. A questão da especificidade da escola; 4.2. O processo de trabalho no interior da escola; 4.3. A natureza do trabalho pedagógico; 4.4. A questão docente: atratividade, avaliação e retenção. EDA1221 - Política e Organização da Educação Básica I (POEB I): Programa: 1 Estado, políticas públicas e educação. 2 Educação brasileira: legislação, estrutura e organização (níveis e modalidade de ensino). 3 Limites e possibilidades do direito à educação. 4 Financiamento da educação no Brasil. 5 Sistemas de avaliação e implicações na educação básica. EDA1222 - Política e Organização da Educação Básica II (POEB II): Programa: 1 Diferenciais de acesso, permanência e aprendizagem no sistema escolar: classe social, gênero, raça, etnia, cultura e diferenças individuais, por deficiência ou outras condições. 2 Questões atuais sobre políticas públicas de educação: escola de tempo integral; ciclos e progressão continuada; planos de educação, Sistema Nacional de Educação e regime de colaboração; e parcerias público/privada. 3 Educação em contextos escolares e não escolares: Educação do campo; educação quilombola; educação social de rua; educação em regime de privação de liberdade; e outros 4 Políticas de combate à desigualdade e de equidade: programas complementares para a Educação básica: alimentação, transporte, livro didático, saúde escolar, uniforme etc. EDA0223 ± Programa Integrado do Estágio em Gestão, Política e Organização da Educação Brasileira - Programa: 1. Política, organização, legislação e funcionamento da educação básica na realidade escolar brasileira; 2. A instituição escolar como organização concreta; 3. Atribuições sociais da escola e a caracterização dos gestores escolares como educadores; 4. Autonomia e gestão democrática educacional: proposições e críticas; 5. Limites e possibilidades de intervenção no processo de educação escolar; e o caráter educacional em diferentes espaços sociais na realidade nacional. Obrigatórias ± Pedagogia (interdepartamentais): 4801700 - Educação Especial: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares - Programa: 1. Princípios, conceitos e concepções que compõem o campo da educação especial. 2. Políticas educacionais, legislação, recomendações e declarações internacionais que disciplinam e orientam a educação especial brasileira. 3. Programas e ações de sistemas de ensino brasileiro para o atendimento educacional especializado. 4. Práticas pedagógicas e atuação do professor especializado em diferentes serviços e formas de prover atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. 5. Educação especial, educação inclusiva e implicações na formação de professores. 4800707 ± Projeto Integrado de Estágio em Docência em Educação Especial - Programa: 1) Elementos para a identificação dos diferentes espaços educacionais e serviços educativos que atendam ao público-alvo da educação especial; 2)

Referências para o mapeamento dos diferentes espaços educacionais e serviços educativos que atendam ao público-alvo da educação especial, a fim de conhecer seu entorno, a comunidade escolar, os documentos orientadores; 3) Construção de indicadores referentes à efetivação do direito à educação por parte do público-alvo da Educação especial em diferentes espaços educacionais; 4) Estabelecer projeto de estágio; 5) Orientação e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos. 6) Elaboração de relatório e devolutiva sobre o estágio para a unidade em que foi realizado.

Optativas Eletivas ± Pedagogia: EDA0637 - Seminários de Administração Escolar I - Programa: 1. Organização, Sociedade e Poder: fundamentos políticos, ideológicos, econômicos e culturais. 2. Desenvolvimento das práticas e da epistemologia das teorias da organização no capitalismo. 3. Teorias da administração e a educação. 4. Burocracia e controle. 5. A nova regulação da educação nacional: modelos de gestão e de organização do espaço escolar; 6. Democracia, Educação, controle social e organização; 7. Aspectos da gestão democrática na legislação brasileira recente: conselho de escola, participação, eleições, parcerias e projetos; 8. As práticas da gestão democrática escolar: entre o formalismo e a emancipação; 9. A gestão pedagógica elementos da sala de aula.

EDA0644: Educação especial, inclusão escolar e políticas de atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação - Programa: 1 Direito à educação e o papel do Estado; 2 Política educacional brasileira, recomendações internacionais e educação especial; 3 Igualdade de direitos e direito à diferença: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva; 4 Qualidade do ensino e educação especial: evolução do atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotados no Brasil; Justificativa Esta disciplina pretende possibilitar aos alunos dos cursos de Licenciatura (e Pedagogia e outras) a oportunidade de conhecer e/ou aprofundar o estudo de questões relacionadas a políticas de atendimento educacional direcionadas aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visa, também, a oferecer subsídios sobre análise de planos e programas, tal como propostos por instâncias oficiais nos vários níveis de governo, com vistas a perceber se estes dão respaldo às necessidades desse alunado, no sentido de garantir-lhes a educação pública com orientação inclusiva. Em prol da defesa do direito de todos à educação e de que esta se dê em ambientes comuns de ensino, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem contar com a oferta de serviços de atendimento educacional especializado e de outros apoios, sempre que necessário. É preciso, portanto, que os profissionais da educação tenham acesso a um conjunto de saberes que lhes permitam intervir nos sistemas de ensino para assegurar a melhoria das condições de ensino que favoreçam o acesso, a permanência e a aprendizagem desses alunos.

EDA0669 ± Paulo Freire ± Teoria, Método e Práxis - Programa: Além do estudo sistemático da obra de e sobre Paulo Freire, esse curso possibilitará um o desenvolvimento da temática central "complexidade e a dimensão universal do pensamento de Paulo Freire", através de sub-temas como: 1. Atualidade e universalidade do pensamento de Paulo Freire. Levantamento sobre as referências ao pensamento e à práxis de Paulo Freire, análise e interpretação do material encontrado. 2. Paulo Freire: cidadão do mundo. Levantamento da repercussão do pensamento e da práxis de Paulo Freire em alguns países: Argentina, Portugal, Chile, Espanha, Estados Unidos, dentre outros e respectiva análise dos dados coletados. 3. Paulo Freire e o pensamento contemporâneo: mostrando a relação de Paulo Freire com outros autores (Dussel, Habermas, Cassirer, Morin, Bourdieu, Foucault, Marx, Fromm, Marcuse, ...). 4. Paulo

Freire na voz de quem trabalhou com ele. Entender a práxis de Paulo Freire através do que dizem e escrevem as pessoas que trabalharam com ele.: Mário Sérgio Cortella, Lilian Contreras, Ana Maria Saul, Lisete Arelaro, Alípio Casalli, Mere Abramovich, Carlos Rodrigues Brandão, Osmar Fávero, Paulo Rosas, Eliete Santiago e Vera. EDA0675 ± Seminários de Política Educacional I: modalidades da educação básica - Programa: 1 - Políticas de descentralização e municipalização; 2 - Políticas de ciclos e progressão continuada; 3 - Políticas de ação afirmativa; 4 - Políticas compensatórias; 5 - Políticas de avaliação de sistemas de ensino; 6 - Novos mecanismos de financiamento 7 - Agências multilaterais e educação 8. Aprofundamento sobre as modalidades da educação básica 8.1 ± Educação de jovens e adultos 8.2 ± Educação do campo 8.3 ± Educação indígena 8.4 ± Educação profissional 8.5 ± Políticas de inclusão escolar de crianças e adolescentes em situação de rua EDA0696 ± Direção de Unidade Escolar - Programa: 1 A escola enquanto objeto de estudo 1.1 Estudos organizacionais da escola 1.2 Estudos etnográficos da escola 2 Escola e Justiça Social 2.1 Relação entre igualdade jurídica e aprendizado escolar 2.2 O debate em torno das escolas eficazes 2.3 Escolas de sucesso que atendem populações vulneráveis 3 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a avaliação institucional da escola 3.1 O PPP e a organização do trabalho na escola 3.2 Avaliação institucional da escola 3.3 O PPP e a participação da comunidade escolar 4 O magistério: carreira e avaliação 4.1 Análise das estruturas de cargos e salários do magistério no Brasil 4.2 Jornada de Trabalho 4.3 Estruturas Salariais 4.4 Planos de Carreira; EDA0697 - Fundamentos da Avaliação de Sistemas e de Unidades Escolares - Programa: 1 Avaliações de sistemas e unidades escolares no âmbito da avaliação educacional e das políticas públicas de educação; 2 Características gerais de avaliações de sistemas educacionais; 3 Características gerais de avaliação de unidades escolares e avaliação institucional; 4 Matrizes, instrumentos e procedimentos avaliativos; 5 Tratamento de resultados, escalas de proficiência e interpretação pedagógica de resultados; 6 Fatores associados e modelos explicativos dos resultados; 7 Políticas de uso e divulgação de resultados; 8 Análise de casos de avaliações de sistemas educacionais: Pisa, Saeb (Aneb e Anresc/ Prova Brasil), Provinha Brasil, Saesp e Prova São Paulo etc. EDA0698 - Política Educacional e Diversidade - Programa: 1 Recortes teóricos do conceito de diversidade 2 Dilemas da diversidade: deficiência, raça, gênero, diversidade sexual e geração 3 Inclusão da perspectiva da diversidade nas políticas públicas de educação no Brasil de questões relacionadas a políticas de atendimento educacional direcionadas aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visa, também, a oferecer subsídios sobre análise de planos e programas, tal como propostos por instâncias oficiais nos vários níveis de governo, com vistas a perceber se estes dão respaldo às necessidades desse alunado, no sentido de garantir-lhes a educação pública com orientação inclusiva. Em prol da defesa do direito de todos à educação e de que esta se dê em ambientes comuns de ensino, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação devem contar com a oferta de serviços de atendimento educacional especializado e de outros apoios, sempre que necessário. É preciso, portanto, que os profissionais da educação tenham acesso a um conjunto de saberes que lhes permitam intervir nos sistemas de ensino para assegurar a melhoria das condições de ensino que favoreçam o acesso, a permanência e a aprendizagem desses alunos. EDA0669 - Paulo Freire - Teoria, Método e Práxis - Programa: Além do estudo sistemático da obra de e sobre Paulo Freire, esse curso possibilitará um o desenvolvimento da temática central "complexidade e a dimensão universal do pensamento de Paulo Freire", através de sub-temas como: 1.

Atualidade e universalidade do pensamento de Paulo Freire. Levantamento sobre as referências ao pensamento e à práxis de Paulo Freire, análise e interpretação do material encontrado. 2. Paulo Freire: cidadão do mundo. Levantamento da repercussão do pensamento e da práxis de Paulo Freire em alguns países: Argentina, Portugal, Chile, Espanha, Estados Unidos, dentre outros e respectiva análise dos dados coletados. 3. Paulo Freire e o pensamento contemporâneo: mostrando a relação de Paulo Freire com outros autores (Dussel, Habermas, Cassirer, Morin, Bourdieu, Foucault, Marx, Fromm, Marcuse, ...). 4. Paulo Freire na voz de quem trabalhou com ele. Entender a práxis de Paulo Freire através do que dizem e escrevem as pessoas que trabalharam com ele.: Mário Sérgio Cortella, Lilian Contreras, Ana Maria Saul, Lisete Arelaro, Alípio Casalli, Mere Abramovich, Carlos Rodrigues Brandão, Osmar Fávero, Paulo Rosas, Eliete Santiago e Vera. EDA0675 - Seminários de Política Educacional I: modalidades da educação básica - Programa: 1 - Políticas de descentralização e municipalização; 2 - Políticas de ciclos e progressão continuada; 3 - Políticas de ação afirmativa; 4 - Políticas compensatórias; 5 - Políticas de avaliação de sistemas de ensino; 6 - Novos mecanismos de financiamento 7 - Agências multilaterais e educação 8. Aprofundamento sobre as modalidades da educação básica 8.1 ± Educação de jovens e adultos 8.2 ± Educação do campo 8.3 ± Educação indígena 8.4 ± Educação profissional 8.5 ± Políticas de inclusão escolar de crianças e adolescentes em situação de rua. EDA0696 - Direção de Unidade Escolar - Programa: 1 A escola enquanto objeto de estudo 1.1 Estudos organizacionais da escola 1.2 Estudos etnográficos da escola 2 Escola e Justiça Social 2.1 Relação entre igualdade jurídica e aprendizado escolar 2.2 O debate em torno das escolas eficazes 2.3 Escolas de sucesso que atendem populações vulneráveis 3 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a avaliação institucional da escola 3.1 O PPP e a organização do trabalho na escola 3.2 Avaliação institucional da escola 3.3 O PPP e a participação da comunidade escolar 4 O magistério: carreira e avaliação 4.1 Análise das estruturas de cargos e salários do magistério no Brasil 4.2 Jornada de Trabalho 4.3 Estruturas Salariais 4.4 Planos de Carreira. EDA0697 - Fundamentos da Avaliação de Sistemas e de Unidades Escolares - Programa: 1 Avaliações de sistemas e unidades escolares no âmbito da avaliação educacional e das políticas públicas de educação; 2 Características gerais de avaliações de sistemas educacionais; 3 Características gerais de avaliação de unidades escolares e avaliação institucional; 4 Matrizes, instrumentos e procedimentos avaliativos; 5 Tratamento de resultados, escalas de proficiência e interpretação pedagógica de resultados; 6 Fatores associados e modelos explicativos dos resultados; 7 Políticas de uso e divulgação de resultados; 8 Análise de casos de avaliações de sistemas educacionais: Pisa, Saeb (Aneb e Anresc/Prova Brasil), Provinha Brasil, Saresp e Prova São Paulo etc. EDA0698 - Política Educacional e Diversidade - Programa: 1 Recortes teóricos do conceito de diversidade 2 Dilemas da diversidade: deficiência, raça, gênero, diversidade sexual e geração 3 Inclusão da perspectiva da diversidade nas políticas públicas de educação no Brasil. EDA0700 - Introdução à análise de dados e indicadores educacionais - Programa: Leitura de pesquisas e publicações da área educacional, econômica e social que requerem conhecimentos sobre dados e indicadores das diferentes áreas das ciências humanas aplicadas; Introdução ao estudo de fontes de dados quantitativos em Educação; Organização e apresentação de dados educacionais: variáveis, tabelas e gráficos; Introdução sobre a produção de indicadores educacionais, sociais e econômicos; Introdução a métodos estatísticos aplicados a produção de informações e indicadores educacionais; Conhecimento de ferramentas computacionais para a realização de análises estatísticas; Disciplinas do EDA

(Pós-Graduação): EDA5007 - Avaliação Educacional: Pressupostos Teórico-Metodológicos e Propostas em Realização no Brasil - Conteúdo: Com base em discussão de modelos contemporâneos de avaliação educacional, pretende-se analisar estudos e propostas relativas à avaliação, focalizando, dentro dos limites do curso, algumas vertentes. Os estudos se desenvolverão em torno dos seguintes aspectos: 1. Avaliação educacional: elementos conceituais e metodológicos 2. Avaliação de aprendizagem: principais marcos interpretativos presentes na literatura; práticas dominantes no contexto escolar e perspectivas para sua ressignificação. 3. Avaliação de instituições escolares: propósitos, abrangência e alternativas para sua realização. 4. Avaliação de políticas educacionais: objetivos e modelos analíticos; propostas em execução no Brasil, direcionadas aos diversos níveis de ensino. EDA5015 - Políticas Governamentais e Não-Governamentais de Educação Especial Conteúdo: BLOCO I: Educação especial ± fundamentos, história e políticas Objetivo(s): Compreender os fundamentos da educação especial, conhecer sua história e analisar as políticas brasileiras nesta área. BI. a) História da educação especial no Brasil: numa perspectiva crítica b) Análise de princípios e fundamentos da educação especial difundidos pela e a partir da Constituição Federal de 1988 c) Educação especial atual e programas governamentais federais: uma análise das ações enquanto política pública de Estado e política governamental BLOCO II: Direito à educação e qualidade de ensino: novos papéis da educação especial Objetivo(s): Analisar parâmetros para definir qualidade de ensino e suas implicações para o atendimento de alunos com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento; problematizar os novos papéis da educação especial na perspectiva da inclusão escolar BI II. a) Conhecimento da evolução do direito à educação no Brasil b) Análise da evolução do direito à educação do alunado população alvo da educação especial c) Escolarização, igualdade de direitos, direito à diferença: inclusão escolar e serviços de atendimento especializados BLOCO III: Avaliação de políticas públicas de educação e educação especial Objetivo(s): Ter domínio de metodologia e de indicadores para analisar políticas de educação especial BI III. a) Avaliação de políticas públicas enquanto campo de conhecimento b) Exploração de experiências de avaliação de políticas públicas desenvolvidas por Arretche, Belloni e Rico c) Análise de estudos sobre avaliação de políticas de educação especial no Brasil BLOCO IV: Educação especial e as relações entre o público e o privado: análise de iniciativas não governamentais Objetivo(s): Compreender a constituição, conceito e história das Organizações Não-Governamentais e analisar seu papel na política nacional de atendimento a alunos com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento BI IV. a) História das organizações não-governamentais no Brasil b) Educação especial no Brasil: papel do Estado, de ONG e de instituições filantrópicas na garantia do direito à educação e à inclusão escolar e social de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação; EDA5028 - Economia Solidária e Educação ± a construção de uma alternativa de desenvolvimento - Conteúdo: 1. Globalização e Desemprego - Análise das mudanças do processo de trabalho, de forma contextualizada e histórica, e dos seus impactos na atualidade, bem como de suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais. A radicalização das desigualdades - os novos contornos dos territórios. 2. A Economia Solidária como resposta operária às crises do capitalismo e como elemento integrante da luta por uma sociedade socialista. (Histórico da Economia Solidária; Evolução recente do cooperativismo em diversos países da Europa, América do Norte e América Latina; Cooperativismo de crédito e micro-crédito; Cooperativas de trabalho e sindicalismo; a experiência dos Kibbutzim de Israel e do

Complexo Cooperativo de Mondragón; a Economia Solidária hoje no Brasil à luz das experiências do MST, da Ação da Cidadania, da Cáritas e das Incubadoras Universitárias; Novas modalidades institucionais de associativismo: o Banco da Aldeia de Yunus, em Bangla Desh, o Banco Palmas, os clubes de troca, inventados independentemente no Canadá e na Argentina; A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) - A Economia Solidária enquanto política pública). 3. Economia Solidária e desenvolvimento local (limites e possibilidades do local como um novo conceito de desenvolvimento, sua relação com o processo de globalização, com as mudanças no papel do Estado e com os projetos nacionais de desenvolvimento). 4. Diferentes concepções de educação: um pouco de história (Educação e conformação; Educação e produtividade; Educação e empregabilidade; Educação e mudança; Educação e autogestão; Educação e cooperação). 5. Perspectivas críticas de uma proposta educacional de trabalhadores. (A formação profissional em curso no Brasil - as novas legislações e as determinações dos organismos internacionais; As experiências do movimento popular; As experiências das escolas de trabalhadores; As experiências do MST; As experiências das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares Universitárias; As experiências das escolas democráticas nas escolas públicas; Análise de casos). EDA5037 - Avaliações Externas: características gerais e implicações para redes de ensino e escolas - Conteúdo: 1- Avaliações externas no âmbito da avaliação educacional: conceituação e características gerais; 2- Avaliações externas, políticas públicas de educação e implicações para redes de ensino e escolas; 3- Análise de elementos das avaliações externas: 3.1: Matrizes de avaliação: construção e validação; 3.2: Produção e pré-teste de itens; 3.3: Construção e procedimentos de aplicação de provas e questionários contextuais; 3.4: Tratamento de resultados pela Teoria Clássica dos Testes (TCT) e pela Teoria da Resposta ao Item (TRI); 3.5: Tratamento de resultados com escalas de proficiência e interpretação pedagógica; 3.6: Fatores associados aos resultados; 3.7: Usos das avaliações externas e de seus resultados. 4- Estudo e análise de casos de avaliações externas, tais como: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e seus desdobramentos na Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional de Avaliação do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil) e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Provinha Brasil; Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp); e Prova São Paulo. EDA5048 - Educação Especial, Direito à Educação e Políticas de Inclusão Escolar no Brasil - Programa: 1) Evolução histórica da educação especial, em âmbito internacional e nacional: princípios, concepções, abordagens, diretrizes, com ênfase na inclusão escolar; 2) Direito à educação no Brasil e suas interfaces com a legislação e políticas de educação especial; 3) Educação especial, inclusão escolar e políticas de acesso, permanência e qualidade de ensino. EDA5057 - Estado, Democracia e Educação Pública - Conteúdo: 1. Estado e suas novas configurações no capitalismo. 2. Estado e direito sociais nas Constituições Federais de 1946 e 1988. 3. Estado e serviço público e as parcerias público-privado. 4. Democracia e estado de exceção no Brasil, a partir dos anos 30. 5. Educação como direito social e os limites e embates entre o público e o privado na configuração da educação e dos direitos sociais. 6. A atuação dos organismos internacionais na transformação dos direitos à educação em mercadoria. EDA5064 - Educação Especial e Processos de Inclusão/Exclusão: desafios contemporâneos - Conteúdo: 1 Cultura Institucional Escolar: as raízes da questão 1.1 Educação, cultura e sociedade 1.2 A constituição humana: os determinantes histórico-culturais 1.3 Raízes históricas das políticas de exclusão na educação 2 Pedagogia Inclusiva:

possibilidades de transformação? 2.1 Fundamentos de uma pedagogia inclusiva: superação das diferenças? 2.2 Construção de sistemas educacionais inclusivos: a questão político-social 2.3 Pesquisas em educação inclusiva: as evidências empíricas da realidade 3 Proposta de revisão da política de Educação Especial no Brasil: pressupostos, argumentos e consequências. O concurso será regido pelo disposto no Estatuto, no Regimento Geral da Universidade de São Paulo, no Regimento Interno da Faculdade de Educação e nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 7955/2020. 1. - Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do link <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, no período acima indicado, devendo o candidato apresentar requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Educação, contendo dados pessoais e área de conhecimento (especialidade) do Departamento a que concorre, acompanhado dos seguintes documentos: I – documentos de identificação (RG e CPF ou passaporte); II – memorial circunstanciado, em português, no qual sejam comprovados os trabalhos publicados, as atividades realizadas pertinentes ao concurso e as demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital; III – prova de que é portador do título de Doutor, outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional; IV – tese original ou texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, em português, em formato digital; V – elementos comprobatórios do memorial referido no inciso II, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso; VI – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino; VII – título de eleitor; VIII – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições. § 1º - No memorial previsto no inciso II, o candidato deverá salientar o conjunto de suas atividades didáticas e contribuições para o ensino. § 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial links de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato. § 3º - Para fins do inciso III, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição. § 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos VI e VII, desde que as tenham cumprido por ocasião de seu contrato inicial. § 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos VI, VII e VIII, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil. § 6º - No ato da inscrição, os candidatos portadores de necessidades especiais deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas. § 7º - Não serão aceitas inscrições pelo correio, e-mail ou fax. § 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do upload de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do link <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de upload de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição. § 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de upload de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida. § 10º - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso. 2. - - As

inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital. 3. - As provas constarão de: I – prova escrita – peso 2; II – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela – peso 4; III – julgamento do memorial com prova pública de arguição – peso 2; IV – avaliação didática – peso 2. § 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado. § 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas. § 3º - A Comissão Julgadora se reunirá em sessão fechada, mediante utilização de sistema eletrônico seguro adotado pela Universidade, para: 1. a elaboração de listas de pontos e de temas; 2. a deliberação sobre eventual pedido de substituição de pontos ou de temas; 3. a elaboração do relatório final. 4. - A todas as provas e etapas em que forem utilizados sistemas de videoconferência e outros meios eletrônicos de participação a distância aplicam-se as seguintes normas: I – é de integral responsabilidade do candidato a disponibilização de equipamentos e de conexão à internet adequados para sua participação em todas as provas e etapas do concurso; II – aos examinadores que estejam a distância será permitido avaliar e arguir nas mesmas condições que seriam oferecidas aos examinadores presentes no local do concurso; III – as provas em que for utilizado sistema de videoconferência ou outros meios eletrônicos serão suspensas, caso verificado problema técnico que impeça a adequada participação de qualquer examinador ou do candidato; IV – se a conexão não for restabelecida no prazo de trinta minutos, o concurso será suspenso; V – quando problemas técnicos interromperem qualquer prova, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o problema técnico ou, havendo impossibilidade de retomada, deverá ser integralmente refeita; VI – serão preservadas as provas finalizadas antes da ocorrência de problemas técnicos no sistema de videoconferência ou outro meio eletrônico; VII – todas as ocorrências deverão ser registradas no relatório final. 5. - A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP e do art. 2º da Resolução nº 7955/2020. § 1º - A prova será realizada apenas com a presença do candidato e do Presidente da Comissão Julgadora ou de outro examinador que pertença ao quadro da Unidade/órgão. § 2º - A comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período. § 3º - O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à Comissão Julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação. § 4º - Sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova. § 5º - Durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos. § 6º - As anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pelo Presidente da Comissão ou examinador interno à Unidade/órgão e anexadas ao texto final. § 7º - A prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da Comissão Julgadora ao se abrir a sessão. § 8º - Cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da Comissão Julgadora. 6. - A defesa pública de tese ou de texto elaborado será realizada por meio de sistemas de videoconferência e outros meios eletrônicos de participação a distância. Parágrafo único - Na defesa pública de tese ou de texto elaborado, os

examinadores levarão em conta o valor intrínseco do trabalho, o domínio do assunto abordado, bem como a contribuição original do candidato na área de conhecimento pertinente. 7. - Na defesa pública de tese ou de texto serão obedecidas as seguintes normas: I – a tese ou texto será enviado a cada membro da Comissão Julgadora, pelo menos trinta dias antes da realização da prova; II – a duração da arguição não excederá de trinta minutos por examinador, cabendo ao candidato igual prazo para a resposta; III – havendo concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o diálogo entre ambos, observado o prazo global de sessenta minutos. 8. - O julgamento do memorial com prova pública de arguição será realizado por meio de sistemas de videoconferência e outros meios eletrônicos de participação a distância. § 1º - O julgamento do memorial e a avaliação da prova pública de arguição serão expressos mediante nota global, atribuída após a arguição de todos os candidatos, devendo refletir o desempenho na arguição, bem como o mérito dos candidatos. § 2º - O mérito dos candidatos será julgado com base no conjunto de suas atividades que poderão compreender: I – produção científica, literária, filosófica ou artística; II – atividade didática; III – atividades de formação e orientação de discípulos; IV – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade; V – atividades profissionais, ou outras, quando for o caso; VI – diplomas e outras dignidades universitárias. § 3º – A Comissão Julgadora considerará, de preferência, os títulos obtidos, os trabalhos e demais atividades realizadas após a obtenção do título de doutor. 9. - A prova de avaliação didática destina-se a verificar a capacidade de organização, a produção ou o desempenho didático do candidato. § 1º - A prova consistirá na elaboração, por escrito, de plano de aula, conjunto de aulas ou programa de uma disciplina e será realizada de acordo com as seguintes normas: I – a prova será realizada apenas com a presença do candidato e do Presidente da Comissão Julgadora ou de outro examinador que pertença ao quadro da Unidade/ órgão, participando a distância os demais examinadores por meio de sistemas de videoconferência e outros meios eletrônicos; II – a Comissão Julgadora organizará uma lista de dez temas, com base no programa do concurso; III – a Comissão Julgadora dará conhecimento dessa lista ao candidato; IV – o candidato escolherá o ponto uma hora antes da realização da prova, podendo utilizar esse tempo para consultas; V – findo o prazo mencionado no inciso IV, o candidato terá duas horas para elaborar o texto; VI – cada membro da Comissão Julgadora poderá formular perguntas sobre o plano ou programa, não podendo ultrapassar o prazo de quinze minutos, assegurado ao candidato igual tempo para resposta. 10. - O julgamento do concurso de livre-docência será feito de acordo com as seguintes normas: I – a nota da prova escrita será atribuída após concluído o exame das provas de todos os candidatos; II – a nota da prova de avaliação didática será atribuída imediatamente após o término das provas de todos os candidatos; III – o julgamento do memorial e a avaliação da prova pública de arguição serão expressos mediante nota global nos termos do item 8 deste edital; IV – concluída a defesa de tese ou de texto, de todos os candidatos, proceder-se-á ao julgamento da prova com atribuição da nota correspondente; 11. - As notas variarão de zero a dez, podendo ser aproximadas até a primeira casa decimal. 12. - Ao término da apreciação das provas, cada examinador atribuirá, a cada candidato, uma nota final que será a média ponderada das notas parciais por ele conferidas. 13. - Findo o julgamento, a Comissão Julgadora elaborará relatório circunstanciado sobre o desempenho dos candidatos, justificando as notas. § 1º - O relatório final será assinado pelo Presidente da Comissão Julgadora após expressa concordância de todos os examinadores com os seus termos. § 2º- Poderão ser anexados ao relatório da Comissão Julgadora relatórios individuais

de seus membros. § 3º - O relatório da Comissão Julgadora será apreciado pela Congregação, para fins de homologação, após exame formal, no prazo máximo de sessenta dias. 14. - O resultado será proclamado imediatamente pela Comissão Julgadora em sessão pública. Parágrafo único – Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete. 15. - Maiores informações, bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados na Assistência Técnica Acadêmica da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, à Av. da Universidade, 308 - sala 101 do Bloco "A" - Butantã, São Paulo – SP, e-mail: atacfe@usp.br